SOCIEDADE: FATOR DETERMINANTE DO SUCESSO OU FRACASSO ESCOLAR

ALINE CAPONI GUSSI

Resumo:

Neste artigo trataremos da influência que a sociedade exerce sobre a escola, determinando seu sucesso ou fracasso. As formas de organização social, cultural e ideológica determinam a escola que lhes convém ter. Há diferentes tipos de escola, constituídas por gestões, pessoas e situações diversas. Além disso, cada escola está inserida em determinado espaço e tempo singulares, mas todas têm em comum dois aspectos, o primeiro seria o fato de serem produzidas pela mesma sociedade, que diga-se de passagem é dominada por ideias elitistas, e o segundo aspecto seria o fato de ser a Educação um processo social e estar intrinsicamente ligada a mesma, ou seja, os conflitos e fracassos escolares são, na verdade, conflitos sociais que obviamente se refletem na escola, já que está é produto social.

Pontuaremos assim os principais motivos do fracasso escolar.

Palavras chave: Sociedade, Educação, Fracasso Escolar.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo discutir as questões sociais que envolvem o fracasso escolar.

Muitos autores tratam do assunto seguindo apenas a perspectiva no âmbito escolar, ou seja, levam em consideração somente questões internas da escola ou mesmo didáticas, desconsiderando a história da educação no Brasil, a sociedade atual e suas influências sobre a escola.

Estudando a História da Educação no Brasil veremos que, desde seus primórdios a intencionalidade de educar esteve atrelada a condições sociais e não ao genuíno desejo de Educar para a instrução e autonomia.

Os jesuítas tinham dois objetivos principais, o primeiro seria o interesse em catequizar os índios, convertê-los ao catolicismo não com o intuito principal de levá-los a religião (uma vez que estes foram "coisificados" e vistos pela própria igreja como seres sem alma), mas de ganhar adeptos que pudessem contribuir com recursos para a manutenção da igreja e que através dessa conversão pudessem, quem sabe, ter uma chance de salvação, o segundo e não menos importante, seria o de estabelecer relações e diálogo com os índios para descobrir a terra e extrair dela suas riquezas.

Podemos ver nitidamente as questões sociais atreladas à Educação já no período jesuítico, os índios foram "educados" para servirem de objetos de exploração em um território conhecido por eles e foram explorados juntamente com o território nacional, uma vez que estes possuíam por exemplo, colares com pedras valiosas e adornos que lhes foram retirados pela igreja que se aproximou deles com a desculpa de "educá-los", os índios foram educados não para serem instruídos ou livres, ao contrário, foram educados para a submissão à igreja e ao homem branco. Como base nesta pesquisa utilizaremos ideias de autores como Bourdieu, Althusser, Piletti e Saviani.

Para Bourdieu (1992), a escola funcionaria como uma instituição reprodutora das desigualdades sociais.

Althusser faz uma conexão entre a educação e o que chamou de "aparelhos ideológicos do Estado", dispositivos que quando acionados tendem a manter as classes dominantes no poder. As instituições escolares seriam um desses aparelhos.

"A educação é um processo essencialmente social, que consiste basicamente na ação das gerações adultas sobre as novas, podendo variar no tempo e no espaço, segundo os ideais e interesses dos grupos que a promovem, cada um é responsável por organizar suas experiências, neste sentido o próprio indivíduo vai se "auto educando" por meio do convívio social e dos estímulos que recebe socialmente, o que nada mais é que uma participação e interação social". (PILETTI, 1984).

Embora que toda educação possa ser de certa forma considerada

"autoeducação", o indivíduo educa-se sempre por ou para determinada situação, por meio de uns tantos recursos técnicos e humanos, que a sociedade lhe prepara cuidadosamente, tanto fora quanto dentro da escola.

Segundo Meksenas (2003), para Karl Marx (1846) a educação não é uma, ao contrário, toda educação é de classe, isto porquê a educação que a classe empresarial recebe difere da educação recebida pela classe trabalhadora, para o autor, Marx (1846), concebe a escola em nossa sociedade como instituição controlada pela classe empresarial e transmissora de sua ideologia que, treina trabalhadores para uma atividade onde estes serão explorados.

Assim, a escola está inserida em uma sociedade capitalista, que necessita de pessoas capacitadas para determinadas tarefas, a necessidade de mão de obra capacitada juntamente com a ideologia pertencente

a tal sociedade são o que de fato influenciam e acabam por determinar o que é importante ao aluno aprender.

Não bastasse isso, a escola sofre uma grave crise de identidade. Políticas públicas nacionais atrelaram o direito ao recebimento de benefícios sociais á frequência escolar, incentivando a população a frequentar as aulas para receber diversos tipos de "bolsa auxílio" (dinheiro), alimento, vacina, leite, entre outros. E utilizam como critério apenas a frequência e nunca o aproveitamento escolar. Além disso, socialmente a escola é tratada como "segunda mãe", essa visão maternal da escola consiste basicamente em responsabilizá-la pelos fracassos sociais e pela obrigação de cuidar e providenciar um futuro digno a seus cidadãos, diminuindo assim a carga do Estado com os mesmos.

Ainda de acordo com Piletti (1988), o fracasso escolar aponta obviamente para alguns fatores internos da própria escola (que são determinados socialmente), mas principalmente para fatores sociais, ainda que as escolas fossem semelhantes, apresentariam rendimento variado de acordo com características sócio culturais de seus alunos.

A família também é um dos fatores determinantes do sucesso ou fracasso escolar, isto porque, é na família que a criança vivencia suas primeiras experiências sociais e afetivas e é nela que adquire comportamentos, crenças e valores, deve-se levar em consideração a importância da participação familiar no processo de ensino e aprendizagem e educação de suas crianças, isto porque, cada criança é um indivíduo com sua singularidade e vivência própria, a escola deve valorizar o conhecimento de mundo do aluno e trabalhar para ampliá-lo. Mas acima disto, a escola deve conscientizar a família da importância de sua participação na educação de suas crianças.

Infelizmente, a falta de participação da família na educação de suas crianças e consequentemente na escola é uma realidade, isso fica nítido quando analisamos por exemplo, como citado acima, as questões dos programas sociais, muitas famílias, por terem tido uma educação deficiente, acreditando que apenas estar em uma sala de aula é o suficiente para se ter "sucesso na vida" sentem-se satisfeitas com a frequência destas crianças a escola e com a garantia de vaga assegurada pelo governo, assim, enviam a criança para a escola diariamente para não perder o leite ou o bolsa família, não cobrando o essencial que é uma educação que proporcione para esta criança condições de pensar por si mesma, se libertar da alienação e pressão das camadas sociais formadas para conter este aluno sempre em sua condição social.

Famílias que tiveram uma educação alienante e deficitária não conhecem o poder da mesma e acabam aceitando qualquer proposta que lhe é vendida como

"boa", isto funciona como uma cadeia e um grande círculo vicioso, pessoas que não conhecem o poder transformador do conhecimento e as questões sociais entranhadas á Educação facilmente contentam-se com pouco e educam ou aceitam que suas crianças sejam educadas para a alienação também, assim as camadas socialmente dominantes mantem-se no poder porque detém o conhecimento escolar enquanto que os outros, das camadas dominadas, permanecem acreditando que com o lugar garantido em uma sala de aula está tendo acesso a educação e que isto por si só lhe proporcionará, por exemplo, condições de igualdade e justiça social. Segundo Émile Durkheim (1978), educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social. Assim, sua ideia é de que a educação consiste na socialização metódica das novas gerações.

"A educação tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança estados físicos e morais que são requeridos pela sociedade política no seu conjunto". (ÉMILE DURKHEIM, 1978).

A finalidade da Educação é de desenvolver na criança, determinado número de estados físicos, intelectuais e morais, requeridos pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente, pertença. Além disso, para o autor, cada ser é constituído de dois seres, um seria o ser individual e o outro seria o ser social.

O ser individual é aquele que diz respeito às características únicas do indivíduo, aquilo que ele traz consigo e que relaciona somente com ele mesmo, enquanto que o social é carregado de ideias, costumes, valores e tradições pertencentes aos grupos sociais nos quais estamos inseridos.

"A construção do ser social, feita em boa parte pela educação, é a assimilação pelo indivíduo de uma série de normas e princípios - sejam morais, religiosos, éticos ou de comportamento - que baliza a conduta do indivíduo num grupo. O homem, mais do que formador da sociedade, é um produto dela". (ÉMILE DURKHEIM, 1978).

Com isso, podemos dizer que, todo ser é constituído igualmente do ser individual e social e que ambos são produzidos socialmente e igualmente importantes e influentes na formação do caráter. Se todo ser é um ser constituído socialmente sua educação também é um processo social.

A sociedade não poderia existir sem que houvesse entre seus membros determinada afinidade, a educação perpetua e reforça essa homogeneidade fixando, de antemão, na alma da criança certas semelhan-

ças essenciais, reclamadas pela vida coletiva.

Por outro lado, sem uma diversificação, toda cooperação seria impossível, a educação assegura à existência desta diversidade necessária, isto porque, se a sociedade tiver chegado a um grau de desenvolvimento em que as antigas divisões, em castas e em classes, não possam mais manter-se, ela prescreverá uma educação mais igualitária como base. Se, ao mesmo tempo, o trabalho se especializar, ela provocará nas crianças, sobre um primeiro fundo de ideias e de sentimentos comuns a mais rica diversidade de aptidões profissionais. Se um grupo social viver em estado permanente de guerra com sociedades vizinhas, ele se esforçará por formar espíritos fortemente nacionalistas ou se a concorrência internacional tomar forma mais pacífica, o tipo que procurará realizar será mais geral e mais humano.

A educação não é, pois, para a sociedade, senão o, meio pelo qual ela prepara no íntimo das crianças, as condições essenciais da própria existência. Sendo assim a educação é um processo estritamente social para a manutenção da vida e existência social e humana.

Pode-se ver, apesar das aparências, que aqui, como em qualquer outro lugar, a educação satisfaz, antes de tudo, as necessidades sociais, isto porquê existem sociedades em que esses predicados não são cultivados; e mais, que eles têm sido muito diversamente compreendidos, segundo cada grupo social considerado. É preciso saber, por exemplo, que conhecimentos de uma sólida cultura intelectual nem sempre foram reconhecidas por todos os povos. A ciência, o espírito crítico, que hoje tanto valorizamos, durante muito tempo foram tidos como perigosos. Os homens desejam e buscam a ciência na medida em que a experiência lhes mostre que não podem se manter sem ela.

Ora se levarmos em consideração a afirmação deste autor, notaremos que ele trata da necessidade de conhecimento do homem de acordo com as necessidades que este teria para viver ou sobreviver, ou seja, necessidades básicas para sobrevivência humana e consequentemente social.

De acordo com Piletti (1988), é na infância que o processo educativo torna-se mais intenso, proporcionando assim o instrumental de que o indivíduo precisa para tornar-se um ser social.

"Não é a consciência dos homens que determina o seu ser social, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência". (KARL MARX – A Ideologia Alemã, 1846).

Para Karl Marx (1846), a escola é reprodutora da ideologia capitalista e que serve aos interesses da classe empresarial como se servisse aos interesses de todos, ou seja, o processo de escolarização é social e difere de acordo com as classes sociais. Diversos autores como Bourdieu, Meksenas, Establet, Baudelot, Althusser, entre outros, aprofundaram seus estudos na teoria marxista.

Meksenas (2003), afirma que:

"A escola que inicialmente aparece como única e tratando de todos da mesma maneira, após ser analisada mostra-se dualista e dividida, na verdade, a escola é a instituição mais eficiente para segregar pessoas, dividir e marginalizar parte dos alunos com o intuito de reproduzir a sociedade de classes".

Após um aprofundamento em pesquisas neste sentido, diversos autores puderam constatar a existência de uma escola dualista, ou seja, uma escola que trata seus alunos de maneira diferenciada de acordo com a classe social a que cada um deles pertence.

Establet e Baudelot (1977), chegaram a mesma conclusão após realizarem pesquisas nas escolas da França, onde descobriram a existência de duas redes de escolarização: uma destinada aos filhos dos membros da classe social e outra destinada aos filhos de membros da classe trabalhadora e afirmaram que:

"A classe dominante tem acesso às melhores escolas, seus alunos tem mais tempo e recursos para estudar, enquanto que os trabalhadores, sem recursos financeiros, são obrigados a aceitar as piores escolas. Além disso, a classe empresarial, por dispor de recursos financeiros, pode enriquecer seus estudos participando de cursos especiais de línguas estrangeiras, música, dança ou esportes, enquanto que a classe trabalhadora encontrase limitada a frequentar os cursos que lhes são oferecidos, sem condição alguma de frequentar cursos complementares e de aperfeiçoamento". (ESTABLET E BAUDELOT,1977).

Para os autores, a escola capitalista é dualista (isto porquê, a escola não pode ser única em uma sociedade dividida por classes), segrega os mais pobres e proporciona condições escolares sempre favoráveis aos herdeiros da classe dominante, ou seja, a escola não é um centro de pureza e harmonia num mundo em conflito. Os fins da educação não são apenas diferentes, mas opostos. Ao contrário, a escola sendo uma instituição produzida socialmente também é participante de todos os conflitos e desigualdades sociais.

"A classe empresarial escolariza-se para se manter no poder, enquanto isso a classe trabalhadora é escolarizada para manter-se na condição de classe dirigida". (ESTABLET E BAUDELOT, 1977).

Diversos autores por meio de suas pesquisas revelam uma escola dualista, reprodutora, injusta e com interesses elitistas, isto nada mais é do que o reflexo de uma sociedade classista onde um educa-se para dominar e o outro é educado para servir.

"A escola é uma instituição reprodutora e legitimadora da dominação e das desigualdades sociais, a cultura escolar é a cultura dominante disfarçada". (BOURDIEU,1992).

As diferenças nos resultados escolares são vistas como diferenças de capacidade, mas, na verdade dependem da maior ou menor proximidade entre a cultura escolar e a cultura familiar do aluno. Com isso a escola cumpre o papel de reprodução e legitimação das desigualdades sociais. A reprodução acontece porque os alunos que pertencem as classes dominantes, dominam também a assimilação da cultura escolar e com isso tendem a alcançar o sucesso escolar. A legitimação das desigualdades sociais ocorre pela negação do privilegio cultural dissimuladamente oferecida aos filhos das classes dominantes. O efeito provocado pela legitimação é duplo, e se manifesta tanto aos filhos das classes dominantes, quanto aos da dominada.

Os primeiros, pelo fato de terem recebido sua herança cultural desde muito cedo, não se reconhecem como herdeiros, suas aptidões culturais parecem ser naturais, fazer parte de sua personalidade. O segundo grupo, sendo incapaz de perceber o caráter impositivo da cultura escolar, tende a atribuir suas dificuldades escolares a uma inferioridade pessoal (falta de inteligência ou de vontade por exemplo).

Para Bourdieu (1992), o maior efeito da violência não é a perda da cultura familiar, mas o reconhecimento da superioridade e legitimidade da cultura dominante. Esse reconhecimento se traduz numa desvalorização do saber e do saber-fazer tradicionais, em favor do saber e do saber-fazer socialmente legitimados e ou valorizados.

O sistema escolar distingue 2 modos básicos de se relacionar com a cultura: o primeiro, desvalorizado, é o aluno esforçado, estudioso, que tenta compensar sua distância da cultura legítima com uma dedicação intensa; o segundo, valorizado, é o aluno visto como brilhante, talentoso, inteligente, precoce, que alcança os objetivos da escola sem tanto esforço. O sistema escolar valoriza e cobra dos alunos a segunda postura, exige-se do aluno uma desenvoltura verbal, um brilho no trato com o saber e a cultura, que só quem tem familiaridade com a cultura dominante pode oferecer.

A escola não reconhece essa desenvoltura como uma herança social, ao contrario, é interpretada como talento, vocação pessoal.

As reflexões de Bourdieu, mostram a relação entre as desigualdades sociais e escolares, ou seja, os alunos com "privilégios sociais" também se destacam na escola, mais que os outros. E as posições mais elevadas e valorizadas no sistema de ensino, acabam sendo ocupadas por indivíduos dos grupos socialmente dominantes.

A Constituição Federal de 1988 no capítulo III, estabelece que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

Basta apenas um pouco de contato com as unidades escolares e com teóricos e estudiosos da Educação para notarmos que o que fora estabelecido em nossa Constituição Federal é utopia, infelizmente.

O texto legal diz que a educação será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa. Porém, o que vivenciamos são salas de aula superlotadas, professores insatisfeitos e desvalorizados, má administração do dinheiro público, corrupção, falta de investimento em Educação, falta ou má qualidade dos materiais didáticos, desinteresse na melhoria da qualidade de ensino, medidas paliativas e não solucionadoras, violência dentro das unidades escolares, desgaste na relação alunoprofessor e professor-gestão, assim por diante. Está claro que o incentivo oferecido pela sociedade é meramente político, ou seja, cumprir o dever de proporcionar um mero lugar em uma sala de aula para cada aluno e não que este lugar seja ocupado em locais com condições que proporcionem uma boa qualidade de ensino e aprendizagem.

No que diz respeito á igualdade de condições de acesso e permanência os problemas se agravam, em um breve trajeto entre periferia, centro e bairros nobres da cidade é nítido o abismo das diferenças sociais enraizado na escola pública. Escolas localizadas na periferia, encontram-se superlotadas e algumas até possuem salas volante, por que faltam inclusive salas de aula para atender todos os alunos da unidade escolar, quadras de esporte sem nenhuma condição de uso, bibliotecas fechadas ou inutilizadas por más condições das instalações e pouquíssimos livros, sem laboratório de informática ou, quando possuem, muitas vezes não podem ser utilizados pelos alunos porque ou faltam máquinas ou internet, violência, tráfi-

co de drogas, falta de apoio policial, faltam mesas, cadeiras e professores, péssimo estado de conservação dos espaços por muita das vezes improvisados, falta de higiene e daí por diante; nas escolas localizadas no centro e bairros nobres obviamente existem problemas de percurso como casos de violência e eventualmente a falta de um ou outro professor por exemplo, mas no que diz respeito às condições de acesso a realidade é bem diferente, instalações bastante melhores e até mais modernas, bibliotecas e quadras de esportes em excelente estado de conservação, laboratórios de informática com máquinas para todos os alunos da turma utilizarem, maior suporte policial, salas com quantidade menor de alunos, unidades escolares mais limpas, conservadas e mais bem mantidas, inclusive a qualidade da merenda, por vezes é diferente, apesar do cardápio ser o mesmo ou semelhante os alimentos entregues nestas unidades escolares são de melhor qualidade.

Ora se o sistema educacional é articulado e funciona em rede, porque encontramos tamanha diferença em escolas que são administradas pelo governo e encontram-se apenas em bairros diferentes? Reconhecemos que uma boa gestão é capaz de mudar a realidade de uma unidade escolar independente da região em que se encontra, mas muitos destes dos fatores citados acima não são da alçada da gestão escolar, como por exemplo conseguir manter a escola e consequentemente as salas de aula com uma quantidade um tanto quanto menor de alunos ou a melhoria da qualidade de alimentos que a escola recebe, isto porque a demanda de vagas não é determinada pela gestão assim como a compra da merenda também não é. Além disso, a verba destinada as unidades escolares também é repassada pelo governo ás escolas e seria muita ingenuidade acreditar ou que a maioria das escolas localizadas em bairros nobres administram sua verba melhor que as escolas da periferia ou que na maioria das escolas da periferia a gestão é de má qualidade e acaba por deixar as unidades escolares em condições deploráveis.

É obvio que escolas localizadas em bairros com melhor condição financeira e mais bem estruturados recebem maior suporte, não estamos falando única e necessariamente do governo, embora isto também ocorra, mas das pessoas que fazem uso e convivem no entorno destas unidades escolares também, ou seja, a escola tem melhor suporte por parte dos pais que normalmente tem um grau de instrução e escolaridade razoavelmente maior que os pais de alunos moradores da periferia, alunos, profissionais da educação e comunidade do entorno, bem como melhor atendimento dos órgãos governamentais como UBS, polícia, assistente social e conselho tutelar que nestas regiões costumam estar menos abarrotadas que as unidades localizadas na periferia e podem dar um suporte melhor ás escolas da região, sem contar que também estão mais bem localizadas e tem maior facilidade de acesso a pontos históricos e culturais da cidade.

No tocante a alfabetização, uma pesquisa recente realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, revelou o crescimento da taxa de analfabetismo no Brasil depois de 15 anos. Entre 2011 e 2012 o número chegou a 300 mil pessoas.

De acordo com a pesquisadora Maria Lúcia Vieira do IBGE "o analfabetismo tem endereço certo no Brasil: está na população mais velha e no Nordeste".

Este é somente mais um retrato ilustrando a atuação social no fracasso escolar. Se temos um sistema educacional que é articulado e que funciona como uma rede, nada mais obvio que a taxa de analfabetismo ser razoavelmente equilibrada em todas as regiões do país e não disparar em regiões de extrema miséria, isto ocorre porque não há interesse sócio político em proporcionar à esta população um ensino que a faça pensar por si própria e que possa fazê-la mudar a condição social que lhe foi imposta.

A sociedade tem o dever legal de promover e incentivar a Educação, mas de que sociedade estamos falando? De uma sociedade que se preocupa e valoriza a educação como ferramenta que tem o dever de proporcionar autonomia e independência para seus cidadãos ou de uma sociedade que utiliza-se de suas ideologias para manter sua estrutura social funcionando?

Não é interessante, socialmente falando, cumprir o estabelecido neste artigo da Constituição Federal, um povo educado e emancipado é um povo exigente, que questiona e pensa. Um povo que pensa é um povo que exige e um povo que exige representa perigo porque detém poder, e este sim pode provocar grandes mudanças nas organizações sociais de alienação e dominação social.

Deixar tamanho poder na mão do povo colocaria em risco a sobrevivência das organizações sociais.

Para Bourdieu (1992), por mais que se democratize o acesso ao ensino por meio da escola pública e gratuita, sempre existirá forte relação entre as desigualdades sociais e culturais, e as desigualdades na escola nas hierarquias internas ao sistema de ensino.

O autor acredita que a relação de desigualdade social e cultural não será extinta da escola mesmo com a sua democratização porquê reconhece que a escola é o reflexo de uma sociedade desigual e injusta, não necessariamente a vilã, mas uma instituição social poderosa em poder da classe dominante e que além disso a escola é uma instituição micro, inserida na sociedade que

é macro.

Essa relação explica-se quando consideramos que a escola dissimuladamente valoriza e exige de todos os alunos, qualidades que são desigualmente distribuídas entre as classes sociais.

"A escola é o principal aparelho ideológico do Estado e este é responsável por manter a dominação de uma classe sobre a outra". (ALTHUSSER, 1985).

Quando se fala de aparelho ideológico, logo entendemos que o autor está referindo-se a uma espécie de ferramenta e não qualquer ferramenta, mas um instrumento ideológico.

Ideologia é todo conjunto de ideias que se forma no seio da sociedade de acordo com crenças e valores socialmente aceitos e sob o qual o cidadão é orientado e instruído, mas o que não é revelado é que por de trás de cada ideia existe uma intenção.

Toda ideologia é carregada de intencionalidade e esta por sua vez permanece velada, ora cada ideia tem a intenção de provocar ou deixar de provocar determinada ação, a ideia é revelada a intenção por de trás dela não. Assim, a ideologia é uma maneira bastante eficaz de preservar e ou distorcer a realidade escondida por de trás das ideias apresentadas e vendidas como verdadeiras.

Se considerarmos a escola como aparelho ideológico, poderemos compreender o poder que ele possui e como ela é manipulada socialmente.

A definição do autor de "aparelho ideológico" leva-nos a refletir á respeito de duas características:

A primeira é que entendida como aparelho a escola é apenas um objeto manipulado por algo ou alguém, este alguém é a sociedade. Ora um aparelho de qualquer espécie não tem escolha ou direito de decisão, é apenas um objeto a serviço do seu detentor.

A segunda característica e não menos importante, é a concepção de instituição ideológica que o autor coloca. Ora se está carregada de ideias, assim também está carregada de intenções veladas. Se a escola é um objeto manipulado por seu detentor e carregada das intenções veladas pertencentes a sua manipuladora, a saber a sociedade, as intenções e interesses da educação são puramente sociais e trabalham para manter suas formas de manutenção e organização funcionando.

De uma maneira ou de outra, diversos autores reconhecem a escola como uma instituição social que é utilizada como ferramenta para a manutenção do poder das classes socialmente dominantes.

Segundo Piletti (1988), há dois tipos de Educação, intencional e não intencional.

A intencional é a educação escolar, quando as condições educativas trazem objetivos, recursos e atividades que são previamente estabelecidas e arranjadas pelo grupo social. Este tipo de educação é planejado e formal, ou seja, são definidos os objetivos a serem aplicados e a partir daí opta-se por metodologias e atividades capazes de proporcionar o alcance destas metas. As crenças, valores e experiências de vida que cada indivíduo traz consigo determinam o tipo de atitudes e ideias esta pessoa poderá ter diante de determinada situação, isto determina inclusive por quais tipos de técnicas este indivíduo, neste caso o docente, pode optar. As técnicas à serem desenvolvidas são elaboradas à partir de um objetivo que se quer atingir e um objetivo nada mais é do que a intenção de realizar algo, se vamos utilizar uma determinada técnica para alcançar um objetivo, podemos dizer com segurança que toda técnica está carregada de intencionalidade e que nenhuma é neutra. Admitir que nenhuma técnica é neutra significa reconhecer que esta é fundamentada em algum interesse que e que os interesses são formados socialmente.

Este tipo de educação é produzido socialmente e como tal é constituído por suas ideias e necessidades de sobrevivência.

A não intencional é quando não há preparação ou até mesmo condições que levem à educação, o indivíduo como participante da sociedade vai assimilando e incorporando no convívio social maneiras de agir, pensar e sentir. Fora da escola, predomina a educação não intencional, onde o indivíduo aprende e se educa através de todas as experiências sociais que vivencia, isso não significa que fora da escola não haja educação intencional, ao contrário, fora da escola também há intencionalidade que parte da intenção da família de educar, orientar e criar condições para que os filhos possam desenvolver-se de acordo com as expectativas familiares e sociais que são incutidas na mente dos cidadãos por meio de sua convivência familiar, escolar, comunitária, ou seja social.

Tanto a educação intencional quanto a não intencional, são produzidas e fundamentadas sob ideologias e intencionalidades estritamente sociais.

Nesta perspectiva, a escola é a agencia especializada na Educação das novas gerações e tem por finalidade colocar à disposição dos alunos atividades sistemáticas e programadas determinadas pelo currículo escolar, este por sua vez não é determinado pelo público alvo, ou seja, o aluno não tem poder de escolha sobre o que deve ou não estudar, sobre o que acha importante para sua vida aprender, ao contrário, os conteú-

dos e ações do currículo, apesar de afirmar levar em consideração o interesse do aluno, são definidos histórico, filosófico e ideologicamente.

Sobre isto diz Saviani (1991):

"O saber é histórico e como tal é apropriado pelas classes dominantes, mas isso não significa que ele seja inerentemente dominante. O que hoje se chama de "saber burguês" é um saber do qual a burguesia se apropriou e colocou a serviço de seus interesses".

Novamente esbarramos nas questões sociais e ideológicas. O currículo é responsável por direcionar o trabalho pedagógico do sistema escolar, orientando o trabalho do docente e os conteúdos a serem ministrados em sala de aula, ou seja, o currículo ao indicar os conteúdos que devem ser aplicados e selecionar o que é necessário aprender, tira do aluno o direito de escolha lhe impondo determinado conteúdo dito como "importante". Além da imposição, outra questão, talvez mais grave, é o fato de que estes conteúdos são determinados histórico, filosófico e ideologicamente, como citado acima, ora, a história da educação no Brasil sempre esteve intrinsicamente ligada e mantida por questões de sobrevivência e manutenção das classes sociais, portanto carregada de sua ideologia.

Está embutida nestas questões curriculares uma forte ideologia de que o aluno não é capaz de decidir por si mesmo, mas de que necessita que algo ou alguém "superior" decida por ele, o aluno é tratado ideologicamente como um ser inferior e incapaz. E isto também é intencional, haja vista que, dizer a um aluno que ele é completamente capaz de decidir e escolher o que precisa aprender é o mesmo que dizer que ele pode pensar por si mesmo e que não necessita que ninguém decida por ele, ou seja, dar lhe poder de escolha, reflexão e decisão, e isto é tudo que uma sociedade de classes não quer.

Assim, o currículo é também parte manipulada socialmente e manipuladora social determinante na manutenção de controle escolar, selecionando e ditando o que as pessoas devem e precisam aprender, criando cidadãos alienados e incapazes de refletir criticamente sobre o que lhes é imposto e determinado escolar e socialmente.

Neste retrato social, a escola como conhecedora de seu poder e condição de objeto manipulado utilizado para manutenção das desigualdades e injustiças sociais é a única capaz de iniciar uma mudança.

Sobre isto Nagel (1989) diz:

"A escola não pode esperar por Reformas Legais para enfrentar a realidade que lhe afoga. Além do mais, a atitude de esperar "por decretos" [...] reflete o descompromisso de muitos e a responsabilização de poucos com aquilo que deveria ser transformado. A escola tem uma vida interior que, sem ser alterada por códigos legislativos, pode trabalhar com o homem em nova dimensão, bastando para isso que seus membros se disponham a estabelecer um novo projeto de reflexão e ação".

De acordo com o autor, a condição para tal mudança é transformação na mentalidade de profissionais da Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, diante de tantos fatores que nos apresentam as questões sociais desde os primórdios da Educação no Brasil até a os fatos mais recentes, o que se pode afirmar é que a Educação é um produto social e que este é produzido da maneira que lhe interessa, ou seja, como produtora, a sociedade jamais produziria algo que colocasse em risco sua organização e sobrevivência, a não ser por meio de uma revolução e esta nos parece possível somente através da escola, ora dominada e única condicionada a promover sua própria libertação das teias sociais que a envolvem.

Esta revolução pode acontecer e uma possível maneira de começá-la é formando docentes responsáveis, conscientes e comprometidos com o papel político de educar para libertação social.

Quando consideramos a Educação como produto social pode-se ter uma visão macro da questão do fracasso escolar.

Nesta perspectiva, a escola reproduz as desigualdades sociais porque é manipulada. Sendo assim deixa de ser vista como a vilã responsável por todas as mazelas sociais e pela salvação da humanidade e passa a ser entendida como uma instituição manipulada socialmente para produzir exatamente aquilo que será benéfico e proveitoso para a sociedade de classes em que vivemos.

Assim, parece-nos mais adequado tratar as questões dos déficits educacionais não como fracasso escolar, mas como fracasso social já que a escola é um espelho da sociedade em que está inserida.

Referências Bibliográficas:

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 3º ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado. Lisboa: Presença 1970.

BAUDELOT, Christian e ESTABLET, Roger. La escuela capitalista en Francia. Ed.

Siglo XXI, Buenos Aires, 1977.

BOURDIEU, Pierre. A reprodução. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

_____. Les Héritiers. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964.

_____. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. Escritos da Educação. Petrópolis: vozes, 1998.

DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. 11º ed., São Paulo, Melhoramentos, 1978.

_____. As regras do método sociológico. São Paulo, Ed. Abril, 1973, Col. Os Pensadores.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2002.

198p.

_____. O capital. Vol. I. São Paulo: Difel, 1985. 289p.

_____. Para a crítica da economia política do capital: o rendimento e suas fontes.

São Paulo: Nova Cultural, 2000 (Col. Os Pensadores). 351p.

_____. Crítica da educação e do ensino. Introdução e notas de Roger Dangeville.

Lisboa, Portugal: Moraes Editores, 1978. 255p.

MEKSENAS, Paulo. Sociologia da Educação. 11º ed. Edições Loyola, 2003.

NAGEL, Lízia. Avaliação, Sociedade e Escola: fundamentos para reflexão. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 1989.

PILETTI, Nelson. Estrutura e funcionalismo do ensino de 1º grau. São Paulo, Ática, 1984.

_____. Sociologia da Educação. São Paulo, Ática, 1988.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.5).